

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

VAMBERTO MARINHO DO NASCIMENTO JUNIOR

**DITADURA MILITAR E REPRESSÃO POLÍTICA NA CIDADE DE
PARNAÍBA ENTRE OS ANOS DE 1964 A 1985**

Parnaíba - PI
2010

VAMBERTO MARINHO DO NASCIMENTO JUNIOR

**DITADURA MILITAR E REPRESSÃO POLÍTICA NA CIDADE DE
PARNAÍBA ENTRE OS ANOS DE 1964 A 1985**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Estadual do Piauí como um dos pré-requisitos para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, sob a orientação do prof. M.s. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior.

Parnaíba - PI
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO BIBLIOTECÁRIO
HERNANDES ANDRADE SILVA CRB-3/936

N244d Nascimento Junior, Vamberto Marinho do

Ditadura militar e repressão política na cidade de Parnaíba
entre os anos de 1964 a 1985 / Vamberto Marinho do
Nascimento Junior. – Parnaíba: 2010.

48 f.

Trabalho apresentado como um dos pré-requisitos para a
conclusão do curso de Licenciatura Plena em História,
Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba - 2010.

Orientador: Prof. Ms. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior.

1. Ditadura. 2. Parnaíba -- História. 3. Parnaíba -- Política.
I. Título.

CDD – 321.9

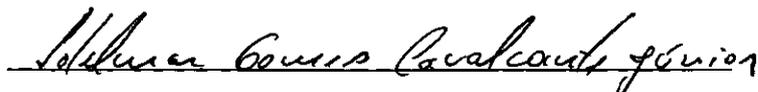
VAMBERTO MARINHO DO NASCIMENTO JUNIOR

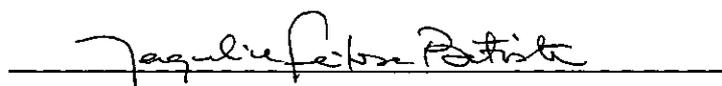
**DITADURA MILITAR E REPRESSÃO POLÍTICA NA CIDADE DE
PARNAÍBA ENTRE OS ANOS DE 1964 A 1985**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência parcial para
a conclusão do curso de Licenciatura
Plena em História, à banca examinadora
da Universidade Estadual do Piauí.

Aprovada em 22/07/2010

Banca Examinadora


Prof. M.s. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior


Prof.a. M.s. Jaqueline Feitosa Batista


Prof.a. M.s. Mary Angélica Costa Tourinho

A meus pais Bernadete e Vamberto, e a
minha irmã Teresa, pelo grande apoio e
paciência durante essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, pela possibilidade de conviver com pessoas que acreditam em uma vida melhor, mesmo com os problemas cotidianos. Aos meus pais, pelo imenso amor e dedicação que possuem com os filhos, a minha irmã, pelos momentos de companheirismo e apoio durante a vida.

Aos participantes e as instituições que colaboraram com o estudo: Ailton Pontes Vasconcelos, Reginaldo, Maria de Lurdes, Murilo Araujo, José Nelson, Aldenora Mendes, Rubens da Páscoa, Elias Ximenes, Biblioteca Municipal, Instituto Histórico e Genealógico e o Arquivo da Prefeitura de Parnaíba.

A meu orientador Prof. Msc. Idelmar Cavalcante pelos momentos de atenção, sugestão e paciência durante a pesquisa. Aos professores do curso de História, em especial as professoras e professores: Elis, Dude, Mary Angélica, Valesca, Francisco Nascimento, Guilherme, Frederico e Cleto, pelos momentos de apoio nas disciplinas acadêmicas.

Agradeço a minha prima Tayana por ter concedido sua máquina digital e seu computador, diversas vezes, para a realização da pesquisa e pelo incentivo constante. Aos colegas e amigos de universidade, especialmente Aline Carlindo, Francisca Maria, Sabrina Araujo e Yonária Cornélio, por serem amigas que deram apoio e alegrias durante essa jornada. E todos os demais que não citei, mas sabem de meu profundo carinho.

O acontecimento, o evento em História não é, pois, um dado transparente, que se oferece por inteiro, ou em sua essência, mas é uma intriga, um tecido que vai ser retramado e refeito pelo historiador.

Durval Muniz

ABSTRACT

This study conducts an analysis and reflection on the period of military dictatorship in the city of Parnaíba between years 1964 to 1985, with little academic research on the subject in the city. The main objective of this work is to investigate whether there were military torture practices of the possible groups or individuals opposed to the dictatorial regime in the town of Parnaíba. To achieve the same were used theoretical arguing about dictatorship and political repression, in addition to documentary sources such as books, newspapers, laws and decrees in public archives and private location, in addition to oral testimony with politicians, people opposing the regime and others. Through the information collected and dialogue theory, one can understand the actions of military policy in the city parnaibana.

KEY-WORDS: Dictatorship, Politics, Repression.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	DITADURA MILITAR E A SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 60 E 80.....	11
3	AS PRIORIDADES POLÍTICAS DE 64 A 85 NA CIDADE DE PARNAÍBA.....	23
4	A REPRESSÃO POLÍTICA NA CIDADE DE PARNAÍBA.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6	FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	42
7	ANEXOS.....	45

fornece pistas e informações preciosas, muito inéditas, impossíveis de serem obtidas de outro modo.”

O referencial teórico utilizado consistiu em estudos que analisam e discutem sobre a ditadura militar no Brasil, os grupos políticos a favor dela ou contrários, repressão e tortura, como Daniel Aarão (2005), Emir Sader (1990), Marcos Napolitano (2009), para compreender as transformações políticas de 64 a 85 no país, entre outros.

O diálogo entre as informações e o referencial teórico utilizados na pesquisa resultou nesta monografia que dispõe de três capítulos. No primeiro, discute-se sobre o processo de implantação da política da ditadura militar no Brasil, analisando as principais transformações na política e principalmente na sociedade do país.

No segundo capítulo ocorre a análise das ações políticas dos ex-prefeitos na cidade de Parnaíba entre os anos 64 e 85 (período militar), com intuito de visualizar as prioridades estipuladas pela política a sociedade parnaibana, sendo priorizada a procura de informações que demonstrem um perfil da cidade e de sua população nesse contexto.

O terceiro, através das informações sobre a sociedade parnaibana, ocorre à análise e discussão sobre as formas de repressão contra os grupos políticos ou pessoas contrárias ao regime militar na cidade, para detectar se foram utilizadas práticas de torturas; se não aconteceram, quais os motivos que possivelmente evitaram essa ação de controle militar aos parnaibanos.

2 DITADURA MILITAR E A SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 60 E 80

A eleição de Jânio da Silva Quadros da UDN (União Democrática Nacional) junto com o vice João Goulart do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) no ano 1961 foi à última eleição antes da entrada da ditadura militar na política nacional. O país estava com problemas econômicos os quais somente cresciam, não sinalizando nenhuma resolução dos problemas com Jânio na presidência. Diante de tal situação, Jânio renunciou o cargo em 25 de agosto de 1961, não tendo mais apoio do partido União Democrática Nacional (UDN), dos empresários e da imprensa. Os políticos brasileiros demonstraram “a angustiada necessidade de se redefinir face à internacionalização da política e da economia” (BRANCO, 2005, p. 60).

De acordo com a constituição federal, João Goulart ou Jango como vice deveria assumir o cargo presidencial, porém estava em viagem para China, logo o presidente da câmara dos deputados Ranieri Mazzilli assumiu o cargo presidencial. Nesse momento, dois grupos contrários surgiram: um composto por militares, políticos udenistas, empresários nacionais e internacionais, discordantes da posse de Jango, acusando-o de comunista, e o outro formado com políticos como Leonel Brizola, líderes de sindicatos, trabalhadores, profissionais liberais e pequenos empresários a favor da presidência de Jango.

O último grupo criou a Frente Legalista, movimento usado para impedir a ação contra as normas da constituição referentes ao acesso do cargo presidencial, para garantir a presidência de Jango. Os conflitos entre os dois grupos aumentaram e a solução foi instalar o sistema parlamentarista¹ no país. A implantação do parlamentarismo foi uma tática dos políticos de direita contra a posse de Jango:

Visto pela elite como nacionalista e próximo da esquerda. Jango [...] foi impedido de assumir a plenitude do poder, submetendo-se às novas regras do parlamentarismo, instituído por meio de uma emenda constitucional, fruto de manobras políticas dos setores conservadores do poder (NAPOLITANO, 2009, p. 6)

Entretanto, em 1963 um plebiscito concedeu a Jango a posse plena da presidência, dando início a uma nova política apoiada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) voltada para execução das Reformas de Base. Esse

¹ Parlamentarismo é uma ordem política formada por ministros de Estado que de modo direto ou indireto apóiam o poder executivo nas decisões políticas do país, não existindo separação nítida entre poder executivo e legislativo.

projeto visava à reforma agrária, educacional, eleitoral e tributária, ações ligadas à maioria dos anseios da sociedade brasileira, dando espaço de participação para grupos de ação social e política como União Nacional dos Estudantes (UNE), Juventude Universitária Católica (JUC), Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e os camponeses.

Diante das investidas contrárias da direita contra o governo de Jango, ocorreu a organização de comícios como em 13 de março de 1964, tendo a presença de muitas pessoas junto a Jango para incitar a necessidade das Reformas de Base para nação. A direita diante de tais acontecimentos viu a ameaça comunista aumentar e a crescente presença de questões sociais ligadas às necessidades da população brasileira no poder, então como protesto realizaram a marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, composta por empresários, católicos, autoridades civis e parte da classe média, contra as reformas, temendo subversão dos valores sociais, religiosos e o radicalismo da redistribuição da riqueza e do poder.

As três forças armadas observando o fracasso das ações da direita sobre o governo de Jango, a crise de autoridade e da economia, começaram a temer a real mudança social proposta pelo governo. A afirmação desse pensamento aconteceria com a visita de Jango aos marinheiros revoltosos no Rio de Janeiro, provocada pelo cabo Anselmo que procurava formar uma associação de marinheiros, no entanto, o almirante Mota, ministro da Marinha decretou a prisão de Anselmo, Jango sabendo do ocorrido demitiu o almirante, o substituindo, as Forças Armadas não perdem mais tempo e resolvem realizar o golpe de Estado:

[...] Jango foi visitar os marinheiros sublevados, numa reunião de confraternização com os trabalhadores, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, o que apareceu aos olhos dos oficiais golpistas como a gota d'água e serviu como detonante do movimento golpista longamente preparado. No dia seguinte, 1º de abril de 1964, forças militares saídas na noite anterior de Minas Gerais iniciavam o golpe de Estado, que desta vez não encontrou resistência suficientes nem entre as Forças Armadas nem num movimento popular despreparado para lutar por outros meios que não os pacíficos. No dia seguinte, alegando não querer provocar um grande derramamento de sangue no país, Jango safa do Brasil pela fronteira com o Uruguai (SADER, 1990, p. 17)

Os militares com a ação do golpe militar² deixaram o país sem presidente, tiveram apoio de parte do Partido Social Democrata (PSD), da imprensa oficial, como os jornais O Estado de São Paulo e Tribuna da Imprensa, que publicaram notícias negativas do governo

² Para autores como Napolitano (2009), Sader (1990) e Reis (2005), o golpe militar foi a tomada do poder governamental brasileiro pelos militares, instaurando outra ordem política, classificada como regime ditatorial ou ditadura militar entre os anos de 1964 a 1985.

de Jango e os Estados Unidos que prepararam uma operação militar de contra ataque, caso o golpe falhasse, chamada Brother Sam³. A política da ditadura militar estava instaurada, os governos não seriam mais eleitos pelos votos da população, e sim decididos entre a cúpula da ditadura, essa política durou vinte e um anos no Brasil.

Em 1964, as forças armadas assumiram a política do país escolhendo quem tomaria posse do cargo presidencial, nessa organização, passaram pelas presidências cinco gerais: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). O regime militar trouxe uma nova organização política, “quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e representação, a burocracia técnica do Estado” (FAUSTO, 2001, p. 513).

A ditadura militar instaurou diversos decretos para burlar as normas da constituição federal, em 9 de abril de 1964 decretou-se o Ato Institucional nº1⁴ (AI-1), dando ao Executivo Federal poder para cassar mandatos de parlamentares, suspender direitos políticos, decretar estado de Sítio⁵ e modificar a constituição.

O primeiro presidente, Castelo Branco, foi apoiado pela UDN, PSD e ESG⁶ (Escola Superior de Guerra) na sua posse, acontecendo da seguinte forma:

³As promessas de que o novo governo seria apenas uma solução passageira, para limpar o país da corrupção, da subversão e retomar o crescimento econômico, fizeram de Castelo Branco o nome mais aceitável para as elites políticas e econômicas que apoiaram o golpe. O apoio de importantes líderes civis, como Lacerda e Juscelino, ampliava ainda mais a legitimidade do novo governo. A não extinção dos partidos políticos e a manutenção do Congresso e da Constituição de 1946 criavam uma fachada legalista, importante perante a opinião pública (NAPOLITANO, 2006, pp. 15-16).

Porém, as medidas políticas tomadas nesse governo, demonstraram o inverso do prometido, Castelo Branco começou a propor medidas contra os grupos considerados comunistas ou socialistas, dando início a processos de repressão policial (ações feitas pelos policias envolvendo vigilância, prisões e punições) contra grupos contrários a política

³ Operação americana que envolvia ataques de aviões e navios ao Brasil caso o golpe falhasse;

⁴ Os Atos Institucionais foram cinco decretos jurídicos centralizadores e autoritários que tinham maior poder sobre a Constituição federal.

⁵ Estado de Sítio era a retirada temporária dos direitos e garantias individuais que se encontravam na Constituição Federal.

⁶ Foi uma escola para formar oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica. Sobre a mesma ver: TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão brasileiro precisa saber sobre o pensamento militar**. São Paulo: Global, 1985.

militar como a União Nacional dos Estudantes (UNE), usando o AI-1 para cassar mandatos e retirar direitos políticos como ocorreu com os políticos Juscelino, Jânio e João Goulart.

A criação em 27 de outubro de 1965 do Ato Institucional nº 2 (AI-2), confirmou que o regime militar continuaria comandando a política do país, o AI-2 foi utilizado para manter os líderes militares no poder governamental e retirar qualquer representação populista nas eleições estaduais. Surgiu também a Lei de Segurança Nacional, sendo uma ação jurídica que classificou as pessoas contrárias ao regime político do momento, sendo considerados todos inimigos internos, os quais as forças armadas enfrentariam pela segurança nacional. A extinção dos partidos políticos existentes, foi outra tática para conter os grupos contrários a política militar, a ficar somente dois:

Os partidos políticos foram dissolvidos e tolerados apenas dois, gerados a força por decreto governamental – a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Essa oposição, limitada pela castração de poderes do Legislativo e pela exclusão dos parlamentares, apenas dava alguma aparência de legitimidade a um regime de força (SADER, 1990, p. 20).

Estabeleceu-se ainda o Ato Institucional nº 3, finalizando a eleição direta para governador e prefeito, o presidente indicaria os governadores e estes apontariam os prefeitos, surgiu também Ato Institucional nº 4, para elaboração de uma nova Constituição em 1967, dando maior poder ao presidente e minimizando as ações do Legislativo e Judiciário. Quanto à economia, criou-se o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para combater a inflação, com investimento do capital estrangeiro, restrições de créditos e diminuição dos salários, as mudanças começaram a afetar a estrutura do país.

O segundo presidente Costa e Silva conseguiu melhoras no setor econômico, porém não queria somente visar neste, prometendo maior democracia e reformas, pois ocorreram insatisfações sociais com o regime anterior. A nova política de Costa e Silva teve as seguintes prioridades:

O governo Costa e Silva partia de premissas bem diferentes. Primeiro de tudo: chegara a hora do desenvolvimento – começava a era Delfim Netto –, contrariando os banqueiros internacionais, o que acabou provocando uma política internacional mais independente. Quanto a legitimar a Revolução, o método dos costistas partia de outros princípios: era necessária uma mobilização política, primeiro das camadas médias que seriam beneficiadas diretamente pelo desenvolvimento e, depois, das massas. Quanto à oposição havia um bom remédio: a repressão, bem organizada, eficiente e, se necessário, violenta (TREVISAN, 1985, p. 84).

De fato, a política desse momento não poupou esforços quanto à repressão dos grupos contrários que se manifestaram frente ao autoritarismo militar, como os estudantes, sindicatos e outros integrantes de esquerda. Essas organizações apoiavam-se estrategicamente contra as ações militares:

Ao longo de 1967 e 1968, os estudantes radicalizaram suas palavras de ordem e suas formas de protesto. Temas estudantis específicos cada vez mais cediam espaço para o protesto contra a ditadura. Paralelamente à radicalização do processo estudantil, os grupos de esquerda, mesmo atuando na ilegalidade, se organizavam e preparavam a luta armada. Os dois movimentos frequentemente iriam se entrecruzar: os estudantes forneciam quadros para a guerrilha, e a guerrilha estimulava as ações de massa. Em 1968, o movimento sindical, que parecia completamente reprimido pelo regime, voltou à cena em duas greves operárias, em Contagem (MG) e Osasco (SP). Para o governo, esse quadro político configurava uma guerra revolucionária (NAPOLITANO, 2009, p. 27).

Os estudantes apesar de jovens se organizaram contra o regime, com reuniões clandestinas, as quais planejavam ações contra a política militar, como passeatas, roubos, resgates de estudantes presos etc. Entretanto, o regime tinha um enorme arsenal de confronto com órgãos de investigação, censura, prisão, tortura e muitos dos estudantes foram presos ou mortos nesse período.

Em 1967, o Partido Comunista Brasileiro (PCB); partido de esquerda, dividiu-se devido divergências entre seus integrantes, em maioria jovens, pois o PCB priorizava uma luta pacífica contra o regime e outros integrantes desejavam uma investida ativa, armada como Carlos Marighela que criou a Ação Libertadora Nacional (ALN) propondo a guerrilha⁷ urbana e rural, assim formando um Exército de Libertação Nacional. Surgiram novos partidos como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) a favor da guerrilha, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Foram grupos com táticas diferentes, mas que conseguiram atingir a ditadura, com assaltos a bancos para custear a própria guerrilha e seqüestros de diplomatas estrangeiros em troca de presos da ditadura.

No aspecto intelectual, as manifestações culturais a favor e contra a ditadura foram marcantes no meio da repressão, principalmente os grupos de jovens de diversas classes sociais que se uniram para produzir músicas, peças, etc:

[...] eram visíveis as manifestações críticas ao governo, embora também se fizessem presentes expressões, senão favoráveis, ao menos complacentes, com o

⁷ As Guerrilhas foram lutas armadas geradas por grupos particulares, com uma ideologia diferente, que buscaram combater a política vigente.

o sistema político em vigor ou com a ordem vigente. Assim, ao lado da música de protesto (Geraldo Vandré e Chico Buarque, entre outros), sempre lembrada, é preciso recordar outras propostas incompreensíveis a um gênero de oposição mais ortodoxo (Caetano Veloso e o tropicalismo). Além disso, havia todo um conjunto, de grande sucesso, de mídia e de público, como Jovem Guarda, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, entre outros, para quem as lutas políticas passavam literalmente *à cote*. Não eram nem contra nem a favor delas, muito pelo contrário... e nem por isso recebiam menos atenção ou aplausos. Do mesmo modo em relação ao cinema, há uma constante ênfase em certos filmes e autores, como *Os fuzis*, de Rui Guerra, ou *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha, uma cinematografia de *resistência, engajada* como se dizia na época. Embora a alta qualidade atraía reduzido público. Os campeões de bilheteria eram Roberto Farias com um filme de Roberto Carlos, melhor bilheteria de 1968, ou José Mojica Marins, cujos filmes de terror (por exemplo, *Esta noite encarnarei no teu cadáver*) transformavam-se em grandes sucessos. Ambigüidades que merecem ser consideradas na avaliação dos movimentos da opinião pública, sobretudo porque as grandes massas populares, sem recursos para ir às salas de cinema, embalavam-se nas novelas, que então iniciavam sua trajetória de sucesso, nos shows de variedades e nos programas humorísticos das TVs - que só muito raramente, e de forma indireta, ingressavam na seara das lutas políticas (REIS, 2005, pp. 47-48).

As ações dos grupos contrários não pararam, em 26 de junho de 1968, o movimento estudantil organizou a passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, sendo uma manifestação contra a ditadura militar, com a participação de outros setores da sociedade como: professores, religiosos, cineastas, escritores etc. O aumento de pessoas a favor da ação juvenil demonstrava o crescimento de populares contrários a política do momento e que não escondiam mais sua indignação aos militares.

Contudo, os grupos de esquerda começaram a perdê-las as forças, poucos ainda reagiam diante da repressão, à maioria não queria correr risco de vida. Em 1968, o XXX Congresso da UNE em São Paulo, foi interrompido por policiais que prenderam centenas de estudantes. Diante da repressão, restaram somente confrontos clandestinos ao regime, que pouco atingiram a política dos militares, as forças contrárias estavam sem chance de contra-ataque.

No mesmo ano, o deputado Márcio Moreira Alvés do partido MDB, realizou um discurso no Congresso culpando a ditadura pelos atos de violência contra a sociedade, principalmente aos estudantes. Os militares procuraram processar o deputado, porém a Câmara Federal não autorizou, usando a situação como pretexto, os oficiais decretaram o Ato Institucional nº 5 para cassar o mandato de Márcio Moreira e realizar mais ações. Dentre as mudanças geradas pelo AI-5 estavam:

A partir de 13 de dezembro de 1968, o Brasil entrava numa era de "terror de Estado", tornado legal pela nova lei. Além da cassação generalizada de parlamentares e cidadãos, o AI-5 suspendia o habeas-corpus de presos políticos,

reforçava a centralização do poder no Executivo federal (diminuindo a força política dos governadores), permitia a decretação de estado de sítio, sem prévia autorização do Congresso. Em 1969, o governo regulamentou a censura prévia sobre os meios de comunicação e sobre os produtos culturais como um todo. A partir do AI-5, o Gabinete Militar da Presidência passou a coordenar diretamente a repressão, o que significava maior poder dentro do aparelho militar. O Conselho de Segurança Nacional também teve seu poder político ampliado, tornando-se praticamente o centro das decisões até meados de 1969 (NAPOLITANO, 2009, pp.33-34).

A pressão do AI-5 causou na esquerda uma apreensão quanto a que decisões deveriam ser tomadas como forma de reação a repressão, ou eles optavam pela luta armada ou estariam derrotados, mesmo estando enfraquecidos, restando somente à ação clandestina da esquerda. Os grupos contrários de esquerda diante do AI-5 remodelaram suas estratégias:

Assim, entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações espetaculares de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos, ataques a quartéis, cercos e fugas, seqüestros a de embaixadores. Os revolucionários chagaram a ter momentos fulgurantes, mas isolados, foram cedo aniquilados. Na seqüência, entre 1972 e 1975, seria identificado, caçado e também destruído um foco guerrilheiro na região do Araguaia, na fronteira do Pará, Maranhão e Goiás, reunindo algumas dezenas de guerrilheiros, na tentativa mais consistente da esquerda revolucionária (REIS, 2005, p. 52).

A reação da esquerda em relação à organização armada da ditadura sofreu muitas perdas, pois os militares com o AI-5 aumentaram as ações de repressão, utilizando medidas como: vigilância das pessoas, intimidação por ameaças, prisões, práticas de torturas (pau-de-arara, choque elétrico, pimentinha, afogamento, cadeira do dragão, geladeira⁸ etc.) tudo para descobrir e denunciar os planos da esquerda e fragilizar suas organizações. O cerco contra os opositores fechou-se e o espaço novamente se abriu para a ditadura militar no Brasil. A ditadura militar começou a demonstrar sua face com a implantação do AI-5:

Os estudantes brasileiros estiveram nas ruas durante quase todo o ano enfrentando a feroz repressão do governo militar. Lutavam por suas reivindicações, por liberdade e pelo fim da ditadura. No fim do ano, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), os militares, depois de quatro anos no poder, finalmente tiraram o disfarce e assumiram plenamente as feições do regime que impunham. Uma ditadura cruel e despótica. Tão cruel que além do uso indiscriminado da tortura contra presos políticos, foi capaz de alimentar planos insanos de utilizar o Para-Sar, uma unidade de elite da Força Aérea especializada em salvar vidas humanas; na eliminação física dos oponentes da ditadura. Ato terrorista contra a população civil – entre eles a explosão do gásômetro no Centro do Rio de Janeiro e o envenenamento das fontes de

⁸ Sobre os tipos de torturas, como funcionavam e suas seqüências ver: Arns. **Brasil nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

abastecimento de água da cidade – faziam parte dos planos dos militares “linha-dura”. Planos sinistros que foram neutralizados pelas denúncias de um militar democrata (ZAPPA & SOTO, 2008, p. 16)

No início dos governos militares, a ação do golpe militar foi justificada somente como uma medida para organização econômica e política do país, procurando diminuir os problemas sociais, etc. Contudo, no decorrer da política do regime, a sociedade brasileira observava como eles pretendiam conseguir esses objetivos, com a implantação de medidas que estimularam a violência declarada às pessoas que discordavam de sua visão, fato que começou a gerar o aumento da insatisfação populacional diante do governo.

O líder militar Costa e Silva ficou doente, sendo afastado em 1969, uma Junta Militar se agrupa no poder para decidir quem será o terceiro presidente, tentando evitar a entrada do vice, contrário ao AI-5. Realizaram uma ementa constitucional na qual o novo presidente seria um militar e não um civil, ocorrendo à votação entre os generais do Alto⁹ Comando Militar, o escolhido foi general Emílio Garrastazu Médici.

Este governo foi considerado como os “anos de chumbo” da ditadura militar no país, pois foi o momento no qual mais se intensificaram as investidas do militares sobre os grupos de esquerda:

[...] o regime militar aparado pelos mecanismos “legais” permitidos pelo AI-5, aprofundou ainda mais o controle e a repressão sobre a sociedade. Aproveitando-se de um momento de retomada do desenvolvimento industrial e de inflação baixa – que lhe rendia apoio na classe média -, o governo estabeleceu um verdadeiro “terror de Estado” contra os opositores mais ativos.

De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional – base ideológica do regime militar -, qualquer cidadão era passível de ser acusado de subversão, podendo ser detido, torturado e morto, com base numa simples suspeita. As forças policiais-militares, sob pretexto de combater o que chamavam de “guerra revolucionária”, não precisavam prestar satisfação a nenhuma autoridade constitucional nem se ater a formalidades jurídicas no combate aos ditos “subversivos”. Os que exerciam profissionalmente qualquer atividade de pensamento (professores, jornalistas, artistas, estudantes) eram os mais vigiados. Líderes sindicais e comunitários, de esquerda ou não, também eram cerceados em suas atividades. Mas a repressão mais violenta recaiu sobre os guerrilheiros de esquerda (NAPOLITANO, 2009, p. 35)

Os grupos de esquerda encontravam-se bastante desestruturados com as investidas militares, pois muitos de seus integrantes foram presos, mortos ou exilados em outros países. Um dos fatores que contribuiu para rápida ação sobre os grupos de esquerda foi à criação dos diversos órgãos de informação o governo. Dentre eles destacaram-se o Serviço

⁹ Sobre Alto Comando Militar ver: TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão brasileiro precisa saber sobre o pensamento militar**. São Paulo: Global, 1985.

Nacional de Informações (SNI), Centro de Informações da Marinha (CENI-MAR), Centro de Informações do Exército (CIEEX) e Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Utilizados para desarticularem os grupos e quanto às guerrilhas criou-se a parte a Operação Bandeirante (OBAN), sendo um movimento clandestino formado por militares e mantido por empresários.

Neste momento as práticas de torturas contra os estudantes e demais populares que enfrentavam o regime tornaram-se mais frequentes, os militares utilizaram essas ações como forma de conseguir informações dos grupos contrários, porém o objetivo foi maior, promovendo a destruição psíquica e física dos presos:

Conforme as justificativas dos militares, a tortura era necessária pra extrair informações rápidas do preso. Além de injustificável de qualquer ponto de vista humano, essa prática revelou-se desnecessária enquanto técnica de obtenção de informações. Na verdade, esse era o seu objetivo secundário. Através de infiltrações de agentes, delação espontânea de muitos ex-guerrilheiros, interrogatórios sem uso de violência física, cruzamento de informações e outros meios, seria perfeitamente possível vencer qualquer guerra. Ao montar um aparato de vigilância e repressão baseado na tortura, alguns setores ligados ao regime militar queriam de fato atingir outro objetivo: a destruição física e psicológica do militante de oposição, impedindo não só sua recomposição como pessoa humana, mas também a própria recomposição da organização à qual ele pertencia. A tortura era materialização do “círculo do medo”. Nesse sentido, sim, ela foi eficaz.

Quando se fala em tortura, deve-se ter em mente que práticas ela implicava. Não se trata de uma violência física (por exemplo, um soco ou tapa) praticada por um policial sob tensão, contra um preso rebelado. A tortura aos presos políticos foi uma prática dotada de métodos sistemáticos. Equipes especializadas, com assessoria de psicólogos e médicos, infligiam ao preso imobilizado uma série de violências previamente estudadas (aprendidas em cursos com aulas práticas, cujo objetivo era fazer com que ele chegasse ao limite da dor física e da humilhação moral. As sessões se repetiam diariamente, com violência crescente. Incluíam diversas técnicas, utilizadas alternadamente sobre uma mesma pessoa: espancamento, afogamento, choques elétricos, em partes visíveis, isolamento do preso em locais inóspitos, e outras. Nos casos mais extremos, alguns presos (e presas sobretudo) sofreram estupro coletivo dos torturadores e empalamento (introdução de objetos perfurantes no intestino pela via anal). Tudo isso executado em nome da “ordem” e dos “bons costumes”, por profissionais pagos com dinheiro público [...] (NAPOLITANO, 2009, p. 38).

As torturas tanto físicas como mentais não foram somente práticas da época da ditadura, Foucault (1987, p. 26) na obra *Vigiar e Punir*, já apontava em anos anteriores, formas de se conseguir retirar informações por meio do domínio do corpo do preso, “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.” Depois, o mesmo autor, relata a mudança do foco do castigo, para a alma, como local de maior ação de controle humano, “à expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um

castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, à vontade, as disposições” (FOUCAULT, 1987, p. 18).

O controle sobre a sociedade havia se instaurado, o regime com a repressão, poderia preocupar-se tranquilamente com seus interesses nos setores de desenvolvimento, como o econômico. O crescimento foi alto que o país o classificou como “milagre econômico”. Delfim Neto, ministro da fazenda foi o responsável pelo acontecimento, aliado com a associação de três ações: o aumento da produção industrial, crescimento das exportações e empréstimos do exterior.

Contudo, o milagre foi passageiro, devido ser dependente do capital externo, o aumento de preço do petróleo internacional só agravou a situação, aumentando a dívida externa brasileira. A ditadura estava decaindo na questão econômica, aspecto importante para seu fortalecimento, pois garantia o desenvolvimento do país. A sociedade diante desse momento demonstrou sua rejeição à ditadura militar e começou a exigir o retorno da democracia.

A quarta presidência com Ernesto Geisel prometia uma “abertura lenta e gradual” (SADER, 1990, p. 28), significando uma retomada da ação política democrática sobre o regime da ditadura que começava a entrar em crise. Entre suas medidas destacaram-se a diminuição da censura, retorno das eleições livres para senador, deputado e vereador, etc.

Diante dessas mudanças, os grupos contrários a ditadura, conseguiram mesmo desarticulados e mutilados pelo regime se reerguerem aos poucos, com novas medidas políticas:

No mesmo ano em que tomava posse e anunciava o início daquele processo, a oposição obtinha seu primeiro sucesso eleitoral, conseguindo, nas eleições legislativas, mais votos, em termos absolutos, que o partido do governo. [...] o protesto ia deixando de se expressar eleitoralmente pelo voto nulo ou branco, para canalizar-se para a única via de manifestação de oposição existente naquele momento – o MDB.

[...] o movimento operário iniciava sua organização, impulsionado pelo próprio crescimento industrial que havia multiplicado o contingente de operários. [...] greves em 1978 e 1979 prestam-se para demonstrar a capacidade de resistência desse setor à política de arrocho da ditadura [...] para revelar novas lideranças sindicais, entre as quais destacavam Lula, Olívio Dutra, Jacó Bittar.

O movimento estudantil também demonstrou capacidade de recuperação, quase dez anos depois de ter sido desarticulado pela repressão, e realizou grandes mobilizações de rua, reconstruindo a União Nacional dos Estudantes e demonstrando de novo poder de convocatória de outros setores sociais. Os protestos contra repressão e a tortura conseguiam, pela primeira vez, obrigar o governo a não deixar impunes crimes cometidos e denunciados à opinião pública (SADER, 1990, pp. 29-30).

A abertura democrática de Geisel, por mais que tenha contagiado à esquerda antes sem forças, não intimidou os militares, que continuaram promovendo prisões, torturas e mortes. Contudo, o estopim ocorreu com a morte do jornalista chamado Vladimir Herzog (1975) e do operário Manuel Fiel Filho (1976), que foram presos e mortos nas dependências do II Exército em São Paulo. Geisel, cumprindo sua promessa de abertura democrática afastou o general comandante do II Exército, diminuindo a violência militar.

O avanço dos grupos de esquerda cresceu muito rápido, fazendo Geisel recuar um pouco com seu processo de abertura, com limitação das propagandas eleitorais dos candidatos e decretação de normas autoritárias, como a escolha de um terço dos senadores pelo presidente. A pressão das esquerdas voltou a aumentar junto com os problemas econômicos e o processo de abertura democrática retornou com a extinção do AI-5 e dos outros atos institucionais.

O último presidente, João Baptista Figueiredo, sofreu maior insistência política dos grupos de esquerda: sindicatos, imprensa, estudantes, etc; para a abertura democrática. Assim, Figueiredo assumiu que iria realizar a abertura política e trazer de volta a democracia.

As mudanças postas por Figueiredo para o retorno da democracia surgiram com a implantação da Anistia, dando o retorno dos brasileiros punidos pela ditadura à nação, entregando novamente os direitos políticos de cidadania aos mesmos e o fim do bipartidarismo, antes somente com a existência da Arena e MDB, surgindo novos partidos como PMDB no lugar do MDB, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Popular (PP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com a volta de eleições através do voto popular para governadores de estado.

Entretanto, os problemas econômicos, não foram solucionados, representados com o aumento da dívida externa, da inflação e do desemprego. A revolta popular diante dos problemas cresceu e nas eleições de 1982 houve a escolha maior pelos grupos de esquerda, como estratégias as pessoas votaram nulo ou contra os grupos de direita. Depois de 21 anos, os novos grupos políticos de esquerda exigiram eleições diretas para presidente da república, o retorno da democracia estava declarado novamente no Brasil:

Do ponto de vista do regime militar, a transição se inicia com o anúncio do general Geisel de abertura "lenta e gradual" em 1974. Na realidade, o que aquele momento marca é o término do clímax da ditadura, que ingressou, a partir dali, num período transitório, de oscilações, que desembocou, no final dos anos 70 e início dos 80, em sua verdadeira crise e, paralelamente, no começo da transição para o regime que a substituiria (SADER, 1990, p. 31).

A ditadura militar foi uma política de caráter nacional, atingindo todos os estados do Brasil, porém quase nada se conhece sobre esse processo político na cidade de Parnaíba, quanto às prioridades políticas na cidade ou possíveis informações sobre grupos locais contrários ao regime. O capítulo seguinte analisará diversas informações sobre a cidade de Parnaíba entre anos de 64 e 85 para traçar um perfil quanto à política e a sociedade parnaibana nesse período.

3 AS PRIORIDADES POLÍTICAS DE 64 A 85 NA CIDADE DE PARNAÍBA

A história de Parnaíba é um campo carente de informações, devido existirem poucas informações históricas da cidade, necessitando de uma ampla investigação sobre as ações passadas para compreender como ocorreram às transformações no espaço e tempo na cidade. Então, diante dessa questão, este capítulo fará uma discussão sobre a política da cidade nos períodos de 64 a 85, analisando as prioridades de ordem política na cidade, para visualizar algumas características da sociedade parnaibana nesse contexto.

A cidade de Parnaíba localiza-se numa região litorânea, na extremidade norte do estado do Piauí. Nos anos de 1964 a 1985 ela possuiu seis prefeitos, todos escolhidos através de eleições municipais. Os prefeitos foram: “Lauro Andrade Correia (1963-1966), João Tavares da Silva Filho (1967-1970), Carlos Furtado de Carvalho (1971-1972), Elias Ximenes do Prado (1973-1976), João Batista Ferreira da Silva (1977-1982) e João Tavares da Silva Filho (1983-1988)” (SANTANA, 1982, p. 81).

O primeiro prefeito, Lauro Andrade Correia, bacharel em direito se elegeu pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), depois se filiou ao MDB. Dentre as transformações políticas na cidade criou projetos aplicados na área da educação, infra-estrutura e mais no campo cultural com a valorização dos símbolos oficiais da pátria. Para o jornalista Rubens Freitas¹⁰ (2010) essa prefeitura “foi um governo de muita cultura”.

O prefeito, no espaço cultural, estimulou na cidade prática de aspectos patrióticos, como a oficialização do hino da cidade, do selo, brasões e estímulo as datas cívicas com vários desfiles que envolviam a participação das escolas e da população parnaibana. Conforme COSTA¹¹ (2010) havia uma organização para os eventos cívicos, “Havia desfile militar do tiro de guerra e da banda de música da prefeitura. Os desfiles ocorriam na Rua Presidente Vargas, durante a semana da pátria havia apresentação dos colégios para hasteamento da bandeira, cantando o hino nacional”.

O ex-prefeito no término de seu mandato na prefeitura escreveu o livro chamado História da administração de Parnaíba onde relata todas as ações feitas no período, como:

‘Instituição do “Dia da Parnaíba”, a 14 de agosto, em virtude de haver sido sancionada, a 14 de agosto de 1844, a Lei provincial nº106, que elevou a categoria de cidade a então vila de São João da Parnaíba.

¹⁰ Rubens da Páscoa Freitas foi jornalista do jornal Folha do Litoral e acompanhou todo o processo político da época.

¹¹ Maria de Lurdes Barreto da Costa, dona de casa que quando jovem participava dos eventos da semana da pátria.

Oficialização do “Hino da Parnaíba” de autoria do prefeito Ademar Neves e letra do poeta R. Petit.

Instituição das “Armas Municipais”, correspondente aos Brasões de Simplicio Dias da Silva, figura exponencial da história parnaibana no seu primeiro século.

Instituição do “Selo Municipal” obtido com adaptações do Selo Nacional, com os dizeres-Planejamento e Ação (CORREIA, 1967, p. 4).

Houve o estabelecimento no início do regime militar nacional de uma identidade patriótica na cidade de Parnaíba, com a elaboração de diversos símbolos e ações nas datas cívicas. A construção de monumentos foi outra prática freqüente no seu mandato, espalhados pelo centro da cidade, o maior deles foi chamado de Centro Cívico localizado na Praça Santo Antônio:

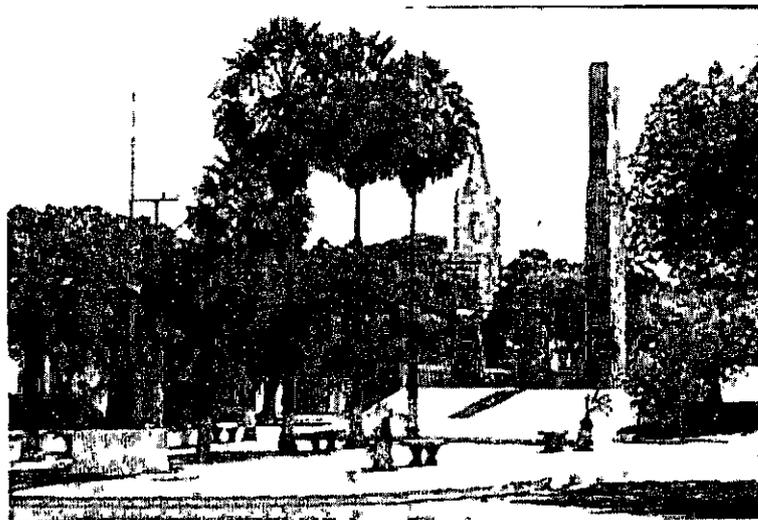


Figura 1 – Monumento Centro Cívico
Fonte: www.deltadoparnaiba.com.br

A construção do Centro Cívico custou à cidade de acordo com lei nº 311, de 19 de setembro de 1964 “o valor de quatrocentos mil cruzeiros” (ARQUIVO DA PREFEITURA, 1964). O monumento foi construído para simbolizar “o altar da pátria, é a catedral do civismo. A sua parte principal é o Panteão ou Panteon onde se destacam as Pirâmides, o Prisma e a Pira. As Pirâmides representam o passado da cidade, o Prisma o presente e a Pira o futuro. Feito para as concentrações cívicas, para culto as tradições da cidade de da Pátria” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1998, p. 9).

Foram construídas outras obras, várias instituições de ensino como a escola municipal Lauro Correia, mercados como o Mercado de Fátima, bairros Boa Esperança e João XXIII, reformas na infra-estrutura de ruas, praças, água e energia.

A prefeitura de Lauro Correia preocupou-se com construção de os bairros, ruas, esco-

las e consolidação da simbologia patriótica, através dos monumentos e dos rituais cívicos. Segundo Circe Bittencourt (2002, p. 52) “as solenidades de culto à bandeira e as que se referiam ao hino nacional, prevaleceu está espécie de culto sacralizado [...]”.

O segundo, João Tavares da Silva Filho, médico (1967-1970), pertenceu ao partido da União Democrática Nacional (UDN). Seus projetos levaram à criação de creches, pois não existiam na cidade, mais escolas, uma mureta de proteção para evitar o alagamento no período de chuvas no bairro São José. Para escritora e professora parnaibana Aldenora Mendes, João Tavares investiu em ações quanto “a energia hidrelétrica, o asfalto e a televisão” (MOREIRA, 2010, p. 217).

O mesmo prefeito chegou a ser reeleito no final do período militar, entre 1983-1988, continuou com a construção de mais ruas, novos bairros, asfaltamento e reasfaltamento, creches, escolas e um matadouro público, essas informações estão presentes nas leis e decretos do arquivo da prefeitura de Parnaíba.

A cidade, de acordo com as fontes, demonstrou ser muito carente nesse período, grande parte da população era analfabeta e não havia recursos básicos de sobrevivência. A chegada da televisão ocorreu nesse momento, porém não foi um projeto amplo, somente poucas pessoas tiveram acesso, geralmente os políticos e comerciantes pertencentes às elites da época.

O Carlos Furtado de Carvalho (1971-1972) foi o terceiro prefeito, comerciante, fazia parte da UDN. De acordo com a entrevista cedida pelo jornalista parnaibano Rubens Freitas, seu mandato durou somente dois anos, pois “o governo toda vida queria unificar as eleições de prefeito junto com as de governador e de presidente da república. Na época de Carlos Furtado passou a ser dois anos, para coincidir com a eleição do governador, mas não foi cumprida” (FREITAS, 2010).

Poucas foram as realizações políticas no seu mandato, no arquivo da prefeitura consta somente concessões de terras e transações financeiras para reformas de bairros. O ex-prefeito Carlos Furtado também sofreu nesse período com uma doença cardíaca que causou sua morte, fato que impossibilitou a continuidade de sua prefeitura.

O quarto prefeito, Elias Ximenes do Prado (1973-1976), comerciante e filiado ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Para a escritora Santana (1982, p. 86), o prefeito reivindicou questões quanto aos setores da “saúde, educação, saneamento, rodoviário, abastecimento e agropecuário, industrial, turismo, habitacional e transporte”.

Segundo a escritora Moreira (2010, p. 225) em seu estudo sobre os políticos da cidade, apontou algumas das ações feitas pelo prefeito no período político:

Implantou o Sistema Popular de Administração, com um gabinete, com portas abertas, onde diariamente eram recebidas dezenas de pessoas, desde estudantes, professores, trabalhadores e população no geral;
 Na educação, construiu inúmeros colégios como Colégios Samuel Santos, José Alexandre, Caldas Rodrigues, Cândido Ataíde e João Campos;
 Construção do Tiro de Guerra;
 Na saúde – implantou o Pronto Socorro Municipal, atendendo 24 horas;
 Na área de urbanização nos bairros alagados e arenosos, ocorreu pavimentação dos bairros: São José, Do Carmo, Nossa Senhora de Fátima, Bebedouro, Campos, Nova Parnaíba, Morros da Mariana e Bom Princípio;
 Abriu e pavimentou a grande Avenida São Sebastião a partir da Rua Tabajara até o Aeroporto; a Avenida Pinheiro Machado até a Indústria Delta;
 Deixou Projetos aprovados pela Secretaria de Planejamento do Governo Federal para construção do Terminal Rodoviário de Parnaíba; desapropriação dos imóveis – Porto das Barcas; e a compra da Escola Roland Jacob.

O João Batista Ferreira da Silva (1977-1982) foi o quinto prefeito, filiado a Arena, jornalista, criou o jornal Folha do Litoral, sendo diretor do mesmo, o qual somente ressaltava os acontecimentos e os conflitos políticos nacionais e estaduais. Dentre as ações da prefeitura foi construído o Terminal Rodoviário, custando 55 milhões, com recursos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, imagem abaixo:



Figura 2 – Terminal Rodoviário
 Fonte: www.deltadoparnaiba.com.br

O prefeito também adquiriu o conjunto arquitetônico do Porto das Barcas, para implantação do Centro Cultural e a reforma da Praça, da Graça, que passou por uma reestruturação, contudo ficou um ano sem finalizar as construções, fato que gerou a revolta da população no período. Reunidos em grupos de estudantes com outras pessoas, todos colocaram fogo nos tapumes que cercavam a construção, esse acontecimento será analisado no próximo capítulo com o depoimento de Murilo Araujo de Castro, participante do ocorrido. A autora Santana (1982, p. 69) ressalta em estudo que representantes políticos

nacionais vieram presenciar a inauguração das obras, como o “deputado Ulisses Guimarães, Presidente Nacional do PMDB; ex-governador Miguel Arrais (PE)”:



Figura 3 – Deputado Ulisses Guimarães, ex-governador Miguel Arrais e o prefeito João Batista Ferreira da Silva em inaugurações de obras na cidade de Parnaíba.
Fonte: Livro Parnaíba

A coleta de informações e análise das ações dos prefeitos na cidade de Parnaíba possibilitou visualizar um período de intenso patriotismo, de reestruturação e modernização da cidade. No período militar ocorreram diversas ações de desenvolvimento urbano nas regiões do país, “[...] cresceram a indústria de construção civil, a construção rodoviária e a de pavimentação” (DINIZ, 1994, p. 205). Contudo, as exposições desses dados demonstraram como a cidade de Parnaíba nesse contexto era precária e carente em diversos setores básicos para qualquer localidade.

Todas as prefeituras construíram: escolas, pois existiam poucas, a contribuir para os altos índices de analfabetismo da população; bairros, devido às terras serem tomadas por meio de invasões de modo ilegal; ruas, pois as estradas eram de terra; proteções as moradias, para alguns bairros, com construção de muretas, para evitar a invasão das enchentes que afetava a maioria das regiões e outros fatores que caracterizavam uma sociedade em sua maioria com problemas sociais quanto a moradias, educação e saúde.

Diante do perfil da sociedade parnaibana, analisaremos no próximo capítulo se ocorreu formação de grupos contrários aos políticos da cidade de Parnaíba ligados ao regime ditatorial, com possíveis práticas de lutas contra repressões e se sofreram torturas

por militares, como aconteceu nas grandes metrópoles e demais regiões do Brasil no período de regime militar.

4 A REPRESSÃO POLÍTICA NA CIDADE DE PARNAÍBA

A cidade de Parnaíba assim como os demais espaços de concentrações populacionais nacionais, teve que se sujeitar a nova política militar entre 1964 e 1985. Porém, investigações sobre o período demonstraram haver poucas informações sobre formação ou surgimento de grupos contrários aos políticos ligados a ditadura militar nacional, não sendo uma prática constante na localidade.

Dentre as pessoas que tiveram ou sofreram alguma repressão política no período identificou-se apenas três: Elias Ximenes do Prado, ex-prefeito da cidade de Parnaíba nos anos de 1973-1976, José Nelson de Carvalho Pires, ex-diretor do Colégio Estadual Lima Rebelo e ex-secretário do prefeito Lauro Correia e Murilo Araujo de Castro, sambista, escritor e poeta do bairro São José.

Todos encontrados por meio das entrevistas e conversas nos locais onde foram localizadas fontes escritas para a pesquisa. Foram utilizadas essas três pessoas e suas informações adquiridas através das entrevistas para discutir e analisar as práticas repressivas ocorridas contra parnaibanos no período do regime.

O primeiro, Elias Ximenes, fazia parte do PTB, depois com o surgimento do bipartidarismo filou-se ao MDB na cidade junto com nove amigos se uniram e formaram esse partido, para disputar as eleições contra a Arena. Elias Ximenes do Prado admitiu ser na época integrante do grupo político contrário a política da ditadura no estado do Piauí, escolha que causou sua prisão naquele momento:

Depois que veio o bipartidarismo da ditadura, com a revolução de 64, a qual eu fui preso várias vezes, me apelidaram até de canarinho, de noite dormia preso e pela manhã me soltavam na cidade. Então, na revolução de 64 que veio o bipartidarismo, foi o MDB e a Arena. Como a Arena era bandida, porque todo mundo queria estar no governo, mas não tinha outros partidos, aí colocaram Arena 1, Arena 2, Arena 3[...]. O MDB era sozinho, eu aqui era o presidente do MDB e fui inscrito no MDB aqui, juntamente com José Alexandre, Chagas Rodrigues e muitos outros companheiros, foi que formamos aqui o MDB, daí foi que me elegi depois pelo MDB.

Aqui todo mundo era Arena, [...], todo mundo, ninguém queria deixar de estar no governo com medo de ser preso e querendo mamar. Só eu que não quis mamar e nem nada, toda vida fui de oposição e gostava da oposição. Vivia atacando o governo e a revolução, por isso que eu ia preso (PRADO, 2010).

Segundo Maria D'Alva os integrantes do MDB não tinham um liberdade de ação política, “inúmeras vezes o partido foi alvo de ações repressivas do regime militar.” (1994, p. 344). A ação de política contrária ao regime, de acordo com sua fala, não era uma prática democrática, pois declarar publicamente oposição ao regime seria estar apto a ser preso a qualquer momento, sem justa causa. De acordo com Elias Ximenes do Prado, o bipartidarismo diminuiu o espaço político dos candidatos contrários, para tentar colocar somente os políticos ligados a ditadura, porém eram muitos, sendo forçados a criar várias Arenas para possibilitar a entrada de mais candidatos no poder.

Nas eleições o partido do Elias Ximenes do Prado venceu, contudo ele afirmou “prenderam todo o meu povo no dia da eleição até mulher grávida ia presa, para não trazer o eleitorado para votar [...] nós ganhamos a eleição. Depois que eu ganhei a eleição fizeram de tudo para tomar o meu mandato [...]” (PRADO, 2010). Os integrantes da Arena se mobilizavam para impedir a eleição dos candidatos contrários, mesmo que para isso utilizassem de prisões dos eleitores ou de falsas acusações:

Disseram que eu não tinha prestado conta da minha eleição. No dia julgaram um camarada e não condenaram e no dia seguinte iam me condenar. Nesse dia em Teresina tinha cinco mil pessoas do lado de fora do fórum gritando meu nome no dia do julgamento. Um coronel do exército [...] que me conhecia e sabia do meu serviço fez o seguinte, pediu o visto do processo e eu tomei posse. Eu tinha raiva porque todo dia me denunciavam, eu mandava chamar a polícia federal para fazer o inquérito, era a Rádio Educadora. Todo dia ela amanhecia metendo o pau em mim, no fim do governo, quando eu estava inaugurando a sede da prefeitura, elogiaram que foi a melhor prefeitura no governo (PRADO, 2010).

Os meios de comunicação geralmente estavam do lado dos grupos ligados a ditadura, os entrevistados ressaltaram que os jornais e o rádio eram monopolizados por políticos, impossibilitando as demais pessoas contrárias de se manifestarem. Logo, a prática de jornais clandestinos e formas de divulgação da idéias contrárias foram surgindo através de jornais como o Inovação e outros. De acordo com Araujo (2000, p. 21) “esses jornais questionaram o regime, denunciaram a violência e a arbitrariedade, expressando uma opinião e uma posição de esquerda num país que praticamente havia suprimido quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição”.

As suas ações enquanto prefeito de Parnaíba foram acompanhadas de diversos problemas, pois o governador do estado no momento pertencia a Arena, qualquer medida necessária urgentemente na cidade de Parnaíba, como as enchentes no bairro São José, não receberia apoio financeiro dos líderes do estado. As rivalidades políticas afetavam a administração política da cidade:

Na cidade de Parnaíba em 74 teve a maior enchente aqui, trinta mil pessoas ficaram desabrigadas e eu dei assistência a elas, arrumei casa, casa de lona, palha, roupa e não deixei ninguém desamparado. O governo do estado não veio para dar uma palha, porque era meu inimigo. Só contei com a figura notável que foi Marc Jacob que nos ajudou, junto comigo a alimentar esse povo durante seis meses, sem faltar remédio e nem alimentação (PRADO, 2010).

Na política contra os partidos contrários foi utilizado à força militar para dificultar as eleições, com a formulação de falsas acusações para impedir a eleição do prefeito do MDB, quando não conseguiram, negligenciaram apoio quanto às questões da população de Parnaíba, caso a cidade tivesse sobre a liderança de um prefeito desvinculado do regime militar no período.

Em entrevista, o ex-prefeito Elias Ximenes do Prado que ainda está participando da política, buscando ser deputado estadual nas próximas eleições, afirmou que na época as práticas de prisões eram freqüentes na cidade, algumas pessoas chegaram a ficar um mês presas na delegacia, enquanto ele somente ficou um dia, eram medidas realizadas por políticos da direita visando conter as ações políticas:

Houve muita perseguição e prisão. Foi preso muita gente, advogado, juiz, o doutor Raul Prado passou trinta dias preso. Custódio de Amorim, uma das maiores lideranças política dessa cidade, vereador, trabalhista, passou trinta dias preso, aqui teve muita gente que foi presa. Eu era preso de manhã e solto à tarde. Eles não gostavam de me deixar muito tempo na cadeia não (PRADO, 2010).

O segundo, José Nelson de Carvalho Pires, pertencia ao PTB e depois ao MDB com o bipartidarismo político, sendo secretário do primeiro prefeito no período de 64. Em entrevista relatou que acompanhou junto com o ex-prefeito Lauro Correia e um militar da marinha que chamavam de Capitão dos Portos, o dia do golpe militar pela televisão na sala do prefeito. Nessa ocasião o Capitão dos Portos assegurou que o movimento seria abafado no dia seguinte:

Quando foi meia noite ele disse: vocês não se preocupem que antes do dia amanhecer esse movimento vai ser abafado pelo general Ladário, comandante do primeiro exército do Rio Grande do Sul é o melhor exército do Brasil. Ele se despediu e saiu. Como amanheceu exatamente o contrário, as sete para sete e meia da manhã, ele já ocupou a estrada de ferro, com muitos funcionários da estrada e prendeu várias pessoas, dando várias alegações, de forma que essas prisões deixaram a cidade toda pavorosa, todo mundo com medo do Capitão dos Portos que se transformou na maior autoridade da Parnaíba (PIRES, 2010).

O capitão foi citado em três entrevistas como o novo símbolo de autoridade na cidade, sendo antes amigo dos políticos, porém todos os contrários ao regime ficariam

sujeitos a sua repressão. Segundo Sader (1994, p. 18) “a ordem social foi reimposta a ferro e fogo, pela repressão aos líderes sindicais, estudantis, intelectuais, aos artistas, políticos, partidos e organizações, catalogados como subversivos”.

José Nelson também afirmou que o Manoel Jansen Ferreira Neto (Capitão dos Portos), depois dessas ações de prisões, foi na prefeitura para convidá-lo a ser vereador. Entretanto, o cargo só seria concedido se fossem cassados mandatos políticos do MDB na cidade, resolveu recusar, mesmo com a insistência do capitão, sendo ameaçado no fim da conversa pelo mesmo, “pois vamos ajustar as contas depois e saiu” (NELSON, 2010).

O jornalista Rubens Freitas relatou em obra, acontecimentos que envolveram José Nelson, o ex-prefeito Lauro Correia e os líderes políticos do PTB da cidade de Teresina. De acordo com Rubens, em 65 veio à cidade de Parnaíba o “alto comando do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) no Piauí: deputado federal João Mendes Olímpio de Melo, deputado estadual Manoel Nogueira Filho, coronel Pedro Borges e advogado Ocílio Lago Filho” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1999, p. 199).

No livro, o autor relata sobre uma reunião dos líderes do PTB do estado com os petebistas parnaibanos, sábado à noite no Palace Hotel, para organizarem estratégias a eleição de 66. No término, saíram para decidirem onde jantariam, Rubens afirmou que nesse momento apareceu no seu jeep o Capitão dos Portos dizendo “aí só tem comunista” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1999, p. 200). No domingo pela manhã, eles e Rubens Freitas foram à praia de Luiz Correia, novamente surgiu no jeep o Capitão dos Portos, Manoel Jansen, acompanhado de sua esposa e soldados para prender o grupo:

A certo momento, chega o Comandante Jansen. Vinha no jeep, com a esposa. Não era ali o seu caminho. Pareceu-me ter passado de propósito. Parou bem perto do grupo, olhando com ares sarcásticos.

O Coronel Pedro Borges dirigiu-se a ele, que já descia do jeep, e disse: “olhe, Comandante, eu não gostei daquela insinuação sua, ontem à noite, chamando-nos de comunistas. Nós não somos comunistas, somos petebistas”.

O Comandante disse: “Vocês são comunistas”.

O Coronel: “Comandante, eu nunca serei comunista. Sou o Comandante da Polícia Militar do Estado e Coronel do Exército”.

O Comandante: “Você é um Coronel de m...”.

O Coronel aplicou-lhe um soco, bem forte, no rosto. O Comandante calou.

A turma de Teresina “voou” em cima dele, como que querendo esmagá-lo. Socos, mais socos, pontapés supervio-

Figura 1 – Trecho do texto sobre o conflito com o Capitão dos Portos
Fonte: Almanaque da Parnaíba de 1999, p. 201

De acordo com a figura, o coronel Pedro Borges de Teresina foi perguntar ao Capitão dos Portos o motivo da acusação de comunistas, a conversa acabou em agressões físicas entre os dois. José Nelson, na entrevista afirmou que estava do lado do coronel nesse momento e o ajudou, terminando o conflito. O capitão retornou a cidade e os integrantes do PTB de Teresina e Parnaíba também, porém a maioria resolveu se refugiar em fazendas e outros locais, pois souberam que o Capitão mandaria prender todos os parnaibanos envolvidos, que ficariam sujeitos as suas ordens, pois “o isolamento assegura o encontro do detento a sós com o poder que se exerce sobre ele” (FOUCAULT, 1987, p. 200).

As prisões começaram primeiramente com Elias Ximenes do Prado, que não tinha nada haver com o ocorrido, somente fazia parte do partido MDB, tentaram também prender o prefeito Lauro Correia, impedido pelo juiz da época Salmon Lustosa. Rubens ressalta que o caso somente foi resolvido com “testemunhas e depois de prestar depoimento” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1999, p. 203). O assunto foi arquivado em processo, pois foi comprovado que os parnaibanos não se envolveram na agressão física ao capitão, somente o coronel.

O interessante desse fato foi ter ocorrido um processo judicial, demonstrando que a política de controle da cidade de Parnaíba, repressão, não funcionava do mesmo modo que nos grandes centros. O AI-5 legalizou as ações dos militares, porém na cidade de Parnaíba as pessoas contrárias ao movimento, poderiam recorrer judicialmente de qualquer repressão militar no período. A cidade não passou por uma ditadura militar e sim um regime autoritário:

Não foi Ditadura Militar, apenas algumas perseguições por pessoas do poder, porque Ditadura Militar, tiraria o cidadão de tudo, logo ele não teria poder para coisa nenhuma, no Rio de Janeiro lá sim houve, qualquer coisa contrária tiro. Aqui foi só uma espécie de regime autoritário, onde o sujeito podia recorrer à justiça, como eu fiz, tendo quatro mandados de segurança. Então, o sujeito recorre à justiça e passa a ser respeitado, já o regime ditatorial mesmo, se manifesta e o pau canta e ninguém discute e acabou, ninguém ajuda ninguém não (PIRES, 2010). - INICIAÇÃO 16!

A política de repressão na cidade de Parnaíba de acordo com as informações foi voltada para os interesses políticos dos grupos ligados a ditadura, com a utilização da força militar para impedir a posse dos candidatos de oposição acusando-os de comunistas.

O ex-secretário José Nelson de Carvalho Pires atualmente é aposentado e escritor, com a publicação de algumas obras e participação em discussões políticas sobre os novos projetos para cidade. Nas entrevistas, a maioria dos parnaibanos responderam que a

população diante desses acontecimentos, de poucas prisões e ações dos militares, se comportava com medo e de modo passivo, alguns afirmaram que a cidade quase nunca realizou manifestações ou ações de enfrentamento contra os partidos ligados a ditadura, preferiram ficar observando.

As prisões somente serviram como forma de conter as ações dos partidos contrários na política, pois quando perguntados se houve casos de agressões físicas ou práticas de torturas a maioria dos entrevistados afirmaram que não, poucos disseram não saber:

Não. Tortura mesmo, nunca houve não, na Parnaíba não. Agora prisões houve muitas. Quando nós resolvermos criar o MDB, o Movimento Democrático Brasileiro fomos somente dez. Nós ficamos de tal jeito, que não poderíamos conversar, porque senão informariam que alguém falando em política, por ser o movimento de oposição ao regime militar (PIRES, 2010).

O terceiro, Murilo Araujo de Castro ou como era chamado Murilo Muriloso, ao contrário dos dois anteriores, não só participou da política do PT, mas também usou músicas, notícias, poesias e manifestação, como formas de protestar contra o regime do período.

Em entrevista, relatou ter sido influenciado pela Tropicália, fazendo parte de um grupo de amigos estudantes formados por Danilo Melo, Elmar Carvalho, Jânio, Genezio e outros. Escutavam as músicas de Chico Buarque de Holanda, usando trajes semelhantes, afirmou Murilo “eu fui perseguido porque eu era músico, carnavalesco, andava distraído, usava calça boca de sino, óculos tipo John Leon e roupas coloridas (CASTRO, 2010). As pessoas que se envolviam com práticas culturais de protestos no período militar tinham um estilo próprio que imediatamente expressavam suas ideologias políticas:

No caso das expressões artísticas, grande parte dos esforços estará voltada para o objetivo de desestetizar a arte, o que seria feito a partir, principalmente, de dois domínios específicos: a própria militância artística, com a produção de quadros, músicas, peças de teatro, etc., e – numa outra ponta mas com a mesma importância – um comportamento pessoal agressivo, que procura chocar, por exemplo, com uma moda que admite e estimula o uso de roupas berrantes e, principalmente, com uma inversão de costumes que faz as mulheres usarem cabelos curtos, próprios dos homens, e os homens adotarem as cabeleiras “compridas e mal cuidadas” (BRANCO, 2005, p. 91).

O Murilo Araujo de Castro também participou de grupos de músicas de diversos estilos, tanto no samba, com desfiles em escolas de samba, como em grupos de rock, com letras de protesto, abordando assuntos políticos e sociais, buscou na cultura uma forma de expressar suas idéias em Parnaíba:

[...] em Parnaíba também existiu um movimento que as pessoas se vestiam com roupa de rock, existia os grupos como Condutores de Cadáveres, Garotos da Estrada, eram grupos de rock. Ganharam festivais de músicas em Parnaíba. As suas músicas eram de protesto, surgiu nesse período, os cabeças eram o Jânio, o guitarrista influenciado pelo Beatles, tocando divinamente bem, nós saímos pelos bares, tocando tudo, rock, samba, tudo feito pelos jovens.

Os Condutores de Cadáveres, Jânio e Genezio, o Quinzin, irmão do baterista, irmão do Paulo Martins, eram os quatro irmãos intelectuais e artistas ao mesmo tempo. Por incrível que pareça o pessoal achavam que eles fumavam maconha, o Jânio e o Genezio, nem bebiam, andavam com calça rasgada, boca de sino, etc. [...] eu fui até percussionista, o Danilo era o letrista do grupo (CASTRO, 2010).

No campo dos jornais, Murilo participou como jornalista amador em três informativos, o “Hora do Estudante”, realizado na escola Caixerai, “Inovação”, feito com o grupo de amigos, além desses havia outros como “Corrente”, “Teteu” e “Caminhando”. Todos surgiram entre os anos de 64 a 85, pois os jornais oficiais como Norte do Piauí e o Folha do Litoral pertenciam à elite e políticos ligados ao governo, dificultando o espaço para os jovens na mídia naquele momento, que procuravam por “novos espaços [...] em sua atividade crítica na chamada grande imprensa [...] a necessidade [...] de construir espaços de resistência ao regime militar” (ARAUJO, 2000, p. 22).

O “Inovação” era o mais lido e o polêmico de todos os jornais marginais na cidade de Parnaíba. Ele foi o primeiro em off-set, sendo mimeografado letra por letra. Foi um espaço para surgimento de novos escritores e poetas:

O Inovação nessa época já era o jornal destacado, por incrível que pareça foi o jornal mais lido em Parnaíba. Ele deu uma contribuição incrível para o movimento cultural de Parnaíba. A participação de novos poetas que hoje são da acadêmica parnaibana de letras, como Elmar Carvalho, que surgiu no Inovação, Jorge Carvalho, Alcenor (Noba), Madeira Basto, escreviam no Inovação.

Os assuntos eram sobre tudo que fosse polêmico, sociais, culturais, tudo que você imaginar escreviam no jornal, até música, eu fiz parte. Eu tinha tanta vontade de escrever, mas ninguém me escutava, tive que botar a boca no trombone. Então, a gente bebendo cachaça vinha altas idéias [...]

Naquela época eu escrevi uma matéria no Inovação chamado “O Povo paga pelo pato que não matou”, nós estávamos em pleno regime, à revolta maior do povo não foi pelo Inovação, ele deu uma contribuição espetacular para a revolta da Praça da Graça.

O jornal teve a coragem de publicar isso na capa, antes e depois, chamada “Vergonha da Praça da Graça”, os demais jornais ficaram se escondendo. (CASTRO, 2010).

Essa revolta da Praça da Graça, como ficou conhecido na época, ocorreu no dia 30 de agosto de 1780, no mandato de João Batista Ferreira da Silva (1977-1982). De acordo com as entrevistas e os documentos escritos, a revolta começou com a mudança da estrutura da Praça da Graça, destruindo a antiga, deixando a obra paralisada, porém como o ex-prefeito

afirmou em um telegrama para o ex-secretário de Obras Antônio Leal, “[...] governo estadual haja podido realizar obras, mas por motivo faltam recursos, respeito absolutamente à vontade, e considerando a insatisfação popular essa demora vem gerando graves conflitos e até mesmo ameaçando a segurança pública [...]” (SANTANA, 1982, p. 69).

As obras na praça começaram com recursos financeiros do estado, por algum motivo as verbas não foram mais enviadas para Parnaíba, a obra ficou paralisada por mais de um ano, todo o centro da cidade desde o hotel Delta até o Correio ficaram cercados por tapumes que encobriam as construções inacabadas, esse cercamento começou a causar a revolta de algumas pessoas da cidade, pois utilizavam caminhos distantes para se deslocarem ao centro tendo que desviar dos tapumes por mais de um ano. Castro (2010) em entrevista afirmou ter participado da revolta da Praça da Graça, descrevendo todo o acontecimento:

O remodelamento da praça foi por dinheiro, fizeram projeto, agora derruba uma praça daquelas e o povo se rebelou, antes fecharam a praça com tapumes, da catedral até o banco do estado, todo o território ficou fechado por mais de um ano sendo um verdadeiro curral, aí veio à revolta.

Na praça nós tocamos fogo, derrubamos os tapumes e entramos e muita gente se aproveitou para pegar as coisas, no fundo o povo se aproveitou, tem até um poema que faço “A Praça é nossa.” O protesto era feito esculhambando o prefeito com mega fone, [...], foi bom para o movimento, sei que deu tudo certo, foi feito só com pressão [...] Começamos a derrubar os tapumes e a negrada tava começando a pegar eles e levando para vender, foi ligeiro, deu muita confusão. Minha mãe ficou com muito medo de eu ser perseguido pelos agentes de Parnaíba, as pessoas eram muito perseguidas.

Todo mundo sabia onde o prefeito morava, ele não morava no centro da cidade e sim no outro lado da ponte, em uma mansão, mas tinha muita gente na praça, todo mundo gritando, tanto que quando chegou à polícia foi uma loucura, com cavalos.

Nós subimos na ponte, chegando na entrada da casa dele, a polícia já vinha de lá para cá, aí nós descemos, mas não deu para prender ninguém, porque havia cem pessoas ou mais, não ocorreu agressão, mas ninguém seguiu porque o grupo era pequeno, tinha muitos policiais e o grupo tático.

Naquele dia passei o dia todo bebendo cachaça, quando cheguei em casa, minha mãe tava nervosa que tive que ir para o Morro da Mariana, porque havia começado a perseguição contra mim [...].

O mesmo, depois da revolta, ficou mudando de casas para evitar ser encontrado pelos policiais, os demais amigos do grupo de estudantes fugiram para outras cidades, como Teresina, todos perderam seus empregos, ficando conhecidos na cidade como comunistas, sendo marginalizados, não conseguindo mais trabalho.

O jornal Inovação foi o único veículo de informação a noticiar a polêmica da construção da Praça da Graça, tanto antes da revolta como depois, seus integrantes também

foram considerados comunistas, Murilo fazia parte do jornal nesse momento:



Figura 1 – Praça da Graça cercada pelos tapumes.
Fonte: Jornal Inovação ano 1985.

A última ação do Murilo Araujo foi o uso de livros de poemas como forma de protesto contra os políticos da cidade ligados a ditadura militar. Os três livros que publicou foram: Esperança (nome simbolizando dias melhores), Verdades (realizado quando se filiou ao partido PT) e Grito Contido (sendo lançado somente depois do período militar).

Dentre as obras, o Grito Contido retratou os maiores problemas enfrentado pelos parnaibanos quanto à questão social, política e cultural. O livro é composto de poemas que abordam assuntos como a fome, a política de compra de votos, repressão, pobreza e grupos marginalizados, como prostitutas, meninos de ruas, mendigos e presidiários. Perguntado sobre a escolha do título do livro Murilo respondeu não poder ter lançado o livro entre 64 e 85, pois tinha medo de sofrer perseguições políticas ou ser preso, quando acabou o regime militar, então resolveu lançar com o nome Grito Contido, pois tudo que não poderia falar na época foi proibido.

O livro possui diversos poemas, porém dois chamaram atenção, o primeiro intitulado Vou ver, Direita Volver e o segundo Distinção das Bocas:

Nós somos o riacho
Onde águas correntes
É aquilo que imaginas forte
Compomos a sociedade
Somos fonte de DIREITO

Somos a organização popular
Buscando, conquistando o não defeito
Daquilo de maléfico q nos foi feito
Pela turma da DIREITA
Vou ver, Direita Volver!!

(Vou ver, Direita Volver, p. 45)

As bocas que falam verdade
 Não podem ser caladas
 Por bocas q falam mentira
 Mas as bocas q falam mentira
 Podem ser caladas
 Por bocas q falam verdade

As bocas q falam verdades
 Fala pureza/ natureza/ harmonia e beleza da vida VIVA!
 Paz
 Amor
 FRATERNIDADE e tudo bem
 E muito mais!!!

As bocas q falam mentira se aproveitam demagogicamente da ignorância
 De um povo pacato...
 E falam de tortura...!!!
 Como se fosse tempo de escravatura
 Regime militar
 Loucura!!!

Mas quando há oportunidade
 As bocas voltam a falar
 VERDADE.

As bocas q falam verdade
 Podem ser caladas por bocas q falam mentira?
 Não! , de maneira nenhuma, pois para esclarecer a mente (não minto pô!) de verdade
 As bocas eu falam mentira
 Podem ser caladas
 Por bocas que falam
 VERDADE.

(Distinção das Bocas, p. 97)

Fonte: Livro Grito Contido de Murilo Araujo Castro.

No primeiro poema Murilo deseja o retorno da ditadura aos quartéis, não ficando no poder, por isso o título Vou ver, Direita Volver, usando uma frase de ordem militar, com o uso do l no lugar do u na palavra Volver, simbolizando a quebra de regras. Os parnaibanos seriam o riacho, descendo por correntes, unidos para compor a sociedade e procurar seus direitos, buscando o não defeito, seria a reforma da Praça da Graça, procurando a verdade, sendo as reais vontades do povo que não foram realizadas pela direita.

O segundo poema, as bocas que falam verdade representavam o povo, as que falavam mentira, a ditadura; enquanto as bocas da verdade desejavam ações boas, como amor, as bocas da mentira calavam o povo, o apontado como ignorante e pacato, usando de tortura, que Murilo diz se referir à chegada dos policiais na praça, não a práticas de torturas, porém no fim ele ressalta sempre que a verdade surgirá.

As pessoas contrárias a política militar na cidade de Parnaíba demonstraram sua revolta de dois modos: participando de movimentos políticos ligados aos partidos PT e MDB ou sofrendo influência da cultura contra a ditadura, simbolizada através do rock, do estilo de roupas coloridas, participação em jornais marginais, eventos sociais como carnavais, pequenas manifestações e criação de poemas, mas tudo isso restrito a um pequeno grupo da cidade. Diante dos resultados adquiridos com o término da pesquisa, em seguida são abordadas algumas considerações finais que justificaram o não uso das práticas de torturas contra os habitantes contrários a ditadura militar na cidade de Parnaíba.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período militar na cidade de Parnaíba possuiu inúmeros fatores que favoreceram a não prática de tortura pelos militares da época. O primeiro deles foi à falta de informação da população parnaibana no geral, pois existia somente a Rádio Educadora e os jornais ligados a política do momento.

O segundo aspecto foi detectado nas ações dos prefeitos na cidade, as prioridades basicamente remetiam-se a criação de escolas, bairros, ruas e nos últimos mandatos o asfaltamento delas, demonstrando uma cidade ainda em processo de urbanização e muito carente quanto à educação e recursos básicos, tornando-se uma população pacata e sem informações e compreensão das reais transformações políticas em sua maioria na localidade.

Assim, poucas pessoas ficavam cientes das ações da nova política nacional, geralmente as participantes de partidos políticos contrários como o MDB e os grupos de poucos jovens que utilizaram da cultura em efervescência como rock, poesia e músicas para demonstrarem rejeição à nova ordem, porém diante da parcela maior da população ambos acabavam sendo um grupo mínimo, os políticos contrários resumiam-se a dez e os jovens eram amigos de escola em quantidade um pouco maior.

As informações quanto as prática repressivas denotaram duas ações: algumas agressões físicas ou a efetuação de prisões de políticos e pessoas contra a política militar, contudo eram ações somente para evitar o crescimento de ideologias diferentes do grupo de direita, tanto que os presos podiam entrar na justiça para saírem da prisão, demonstrando uma repressão maleável na cidade de Parnaíba se comparado a ação nas grandes metrópoles da época.

Os entrevistados quando perguntados sobre a ocorrência de casos de torturas na cidade de Parnaíba, no geral responderam que não, justificando não ser necessário utilizar essas práticas para uma população pouco informada, considerada muito pacata por alguns deles e com um número reduzido de contrários a política militar, pois eram repreendidos com agressões ou prisões provisórias. Eles também afirmaram que as medidas repressivas contra poucas pessoas eram o bastante para toda população ficar temerosa e fingir que tudo estava bem.

A ditadura militar em Parnaíba no geral estava mais voltada para à questão das eleições para prefeitos na cidade e quem participaria dos demais cargos políticos, todas as

prisões ou agressões foram medidas de evitar que os grupos contrários tivessem liberdade ao acesso da política local, como os casos de prisões de candidatos do MDB que foram presos para não assumirem os cargos políticos.

As informações cedidas pelos entrevistados e acesso as fontes como jornais, livros, leis, decretos e outras, possibilitaram entender que o uso da tortura não foi necessário na cidade, pois o grupo contrário era mínimo, apesar de bastante presente e ativo, porém sendo paralisado facilmente com prisões e ameaças, não havendo necessidade de mortes, exílios ou práticas de torturas como pau de arara dentre outras, aos parnaibanos naquele período.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1998.

_____. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1999.

ARQUIVO DA PREFEITURA. LEI DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO CÍVICO. Parnaíba, 19 set. 1964.

CASTRO, Murilo Araujo. **Entrevista concedida a Vamberto Marinho do Nascimento Junior.** Parnaíba, 10 de Abril de 2010.

COSTA, Maria de Lurdes Barreto. **Entrevista concedida a Vamberto Marinho do Nascimento Junior.** Parnaíba, 12 de Abril de 2010.

FREITAS, Rubens da Páscoa. **Entrevista concedida a Vamberto Marinho do Nascimento Junior.** Parnaíba, 10 de Abril de 2010.

MOREIRA, Aldenora Mendes. **Entrevista concedida a Vamberto Marinho do Nascimento Junior.** Parnaíba, 14 de Abril de 2010.

PIRES, José Nelson de Carvalho. **Entrevista concedida a Vamberto Marinho do Nascimento Junior.** Parnaíba, 12 de Abril de 2010.

PRADO, Elias Ximenes do. **Entrevista concedida a Vamberto Marinho do Nascimento Junior.** Parnaíba, 14 de Abril de 2010.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. In: **HISTÓRIA** (Fundação para o desenvolvimento da UNESP). São Paulo: Brasil, 1982.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARNS. **Brasil nunca mais.** Petrópolis: Vozes, 1996.

BRANCO, Edwar de Alencar Castelo. **Todos os dias de paupéria: Torquato Neto e a invenção da tropicália.** São Paulo: Annablume, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: **O ensino de história e a criação do fato.** PINSKY, Jaime. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CASTRO, Murilo Araújo. **Grito Contido.** Parnaíba: Editora Norte do Piauí. 1997.

CORREIA, Lauro Andrade. **História administrativa da Parnaíba.** Parnaíba: Prefeitura municipal, 1967.

DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** SOARES, Glaúcio Ary Dillon; ARAUJO, Celina D' Araujo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 9. ed. São Paulo, Edusp, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990.

NAPOLITANO, Marços. **O regime militar brasileiro: 1964-1985.** São Paulo: Atual, 1998.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1990.

SANTANA, Judith. **Parnaíba**. Piripiri: COMEPI, 1982.

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global, 1985.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968: eles só queriam mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

Prefeitura Municipal da Paraíba

PARRAÍBA - PIAUÍ - BRASIL

Decreto Municipal de 07 de Setembro de 1963

Organiza o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

O Sr. Prefeito Municipal de Parráiba, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Organiza o Conselho Municipal de Educação e suas atribuições são as seguintes:

a) - acompanhar e avaliar o ensino ministrado nas escolas da cidade;

b) - emitir pareceres sobre o funcionamento das escolas e sobre a aplicação da Lei de Educação;

c) - promover a elaboração do plano municipal de educação e o livro de matrícula de cada escola;

d) - promover a realização de reuniões:

- a- na ocasião de las celebração do aniversário da cidade, das comemorações públicas;
- b- no encerramento de reuniões civicas e oficiais de datas históricas municipais;
- c- no encerramento do programa mensal de educação municipal.

Art. 2º - As reuniões do Conselho Municipal de Educação, serão realizadas no dia 07 de Setembro de cada ano.

Publica-se e registra-se em conformidade com a Lei de Educação.

O Secretário de Educação, tomando conhecimento, dá o devido cumprimento.

Parráiba, 07 de Setembro de 1963

Cauro Ferreira
PREFEITO MUNICIPAL

João Batista
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Parnaíba
PARNAÍBA - PIAUÍ - BRASIL

LEI Nº 311, DE 19 DE SETEMBRO DE 1964

Autoriza pagamento do projeto completo do
Centro Cívico da Parnaíba.

O DR. LAURO CORREIA, Prefeito Municipal de Parnaíba, Estado do Piauí, (por eleição popular) usando de suas atribuições legais.

FAÇO saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artº 1º - O Centro Cívico da Parnaíba, à Praça Santo Antonio, autorizado pela Lei Municipal nº 303, de 14.08.64, e nela descrito, obedecerá ao projeto completo do arquiteto parnaibano Ed. Athayde Couto.

Artº 2º - O projeto completo compreenderá:

Ante-projeto, encarando o aspecto urbanístico, na escala de 1:250, contendo duas pranchas, sendo uma da planta e outra da elevações; ante-projeto, do monumento, em escala 1:50, contendo duas pranchas, sendo uma em planta e a outra em elevações; projeto geral do Centro Cívico, em escala 1:50; detalhes gerais do Centro Cívico; cálculo estrutural do monumento, com especificações dos materiais; projeto de iluminação elétrica.

Artº 3º - O custo do projeto, no valor de Cr. 3400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), será pago em quatro prestações mensais de Cr. 850.000,00 (com mil cruzeiros).

Artº 4º - Fica aberto o crédito especial, no valor acima, para atender esse pagamento.

Artº 5º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se como Lei do Município.

O Secretário da Prefeitura, tomando conhecimento, assina o
faça executar.

Parnaíba, 19 de Setembro de 1964; 202ª da Vila e 120ª da Cidade.-

(Dr. Lauro Correia)
- PREFEITO MUNICIPAL -

(José Nelson de Carvalho Pires)
- SECRETÁRIO DA PREFEITURA -

Associação Sindical e Social da Parnaíba para a Industrialização e Desenvolvimento.
(LAURO CORREIA, 1963)